

BOLETIM
político-sanitário

nº

0

**VACINA, PÃO
E AÇÃO**



Comitê de Redação (provisório):

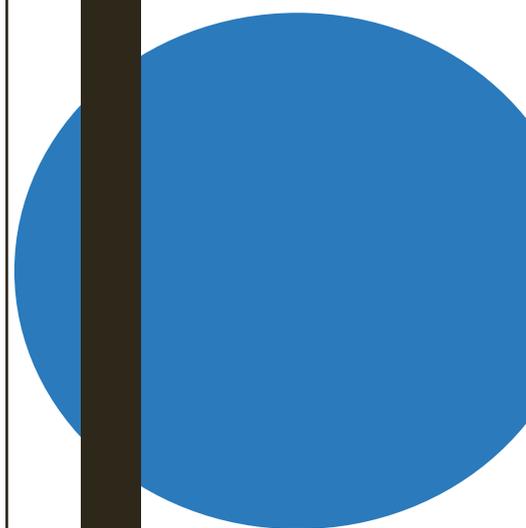
Boris Vargaftig - USP
Felipe Demier - UERJ
Gilberto Calil- UNIOESTE
Luciano de Queiróz - UFCG
Sara Granemann- UFRJ
Valéria Correia - UFAL

Primeiros Colaboradores:

Miguel Nicolelis - Universidade de Duke
Elaine Rossetti Behring - UERJ
Fagner Torres - Jornalista
Gibrán Jordão - Travessia (Coletivo Sindical e Popular)
Helcio Duarte - Jornalista
Ivanete Boschetti - UFRJ
João Leonardo Medeiros - UFF e Presidente da SEP
Maria Inês Bravo - UERJ
Momtchilo Russo - USP
Pedro Frota Moreira - Harvard Medical School
Ruy Braga - USP
Simone Silva - UFRJ
Sirliane de Souza Paiva - UFMA
Carol Burgos - Jornalista

Projeto gráfico e diagramação

Pablo Henrique



Por uma orientação científica para o combate à pandemia

“Não creio no inferno, pois estou nele”, escreveu, certa feita, Rimbaud. Talvez por isso, talvez por já acordarmos diariamente em chamas, muitos de nós acabam impelidos, por bem ou por mal, e quase sempre por mal, a naturalizarmos o mortífero “novo normal”. Se para nós infernal, este não deixa de servir de palco para a valorização do valor, e os bilionários brasileiros aumentam, enquanto a fome retorna e torna indisfarçável o horror. “Pois a quem tem, mais se lhe dará, e terá em abundância; mas, ao que quase não tem, até o que tem lhe será tirado”, sentenciaram as escrituras, e hoje é essa a história que está sendo escrita aos nossos olhos. Parecemos todos, mais ou menos passivamente, assistir ao caótico fim de um país que não foi, ao menos não foi, do ponto de vista da dignidade e dos direitos, para a ampla maioria dos trabalhadores, pobres, negros, mulheres, indígenas, explorados e oprimidos de todo o tipo. Agora, portanto, tudo aquilo que por aqui nunca foi sólido se desmancha no ar. E, graças a Bolsonaro, o vírus está no ar, livre, até adentrar os milhares de corpos que por dia vai levar. O governo brasileiro nada tem a oferecer aos que estão a morrer ou a padecer – não no paraíso, e sim no próprio inferno na terra que se tornou esse nosso país. Bolsonaro tem que ser parado para que a pandemia seja controlada.

O presente boletim visa a contribuir em duas tarefas correlatas: salvar vidas e parar Bolsonaro; parar Bolsonaro para salvar vidas. Diante do irracionalismo genocida que nos governa, o relâmpago do pensamento e a chama prometeica da verdadeira ciência, caso consigam penetrar o fértil terreno das massas populares, podem, contudo, fazer história, antes que esta se limite a ser, definitivamente, uma mera sucessão diária de dor, cadáveres e famintos rangeres de dentes. Se no princípio era o verbo, agora é a ação. Vacina, Pão e ação! Feito por cientistas e intelectuais ligados aos interesses da maioria da população brasileira, este boletim pretende-se uma orientação para a ação. Ao tomar o partido da vida, seus autores dizem em alto e bom som ao governo genocida que se o seu gado ele marca, tange, fere, engorda e mata, com a nossa gente é diferente, bem diferente. Diante da escuridão, que se faça luz!

A pandemia hoje no Brasil: a estabilidade do caos

Qual é a real situação da pandemia no Brasil hoje? Vivemos uma falsa sensação de estabilidade. Depois de sete semanas consecutivas batendo recorde de mortes – de 8.244 na semana 8/2021 (encerrada em 27/2) a 21.144 na semana 14/2021 (finalizada em 10/4), tivemos no último sábado o fechamento de uma nova semana epidemiológica, registrando 20.344 óbitos. Apesar da “estabilização”, computamos, pela segunda vez na Pandemia, mais de 20 mil mortes em uma semana. Temos, hoje, uma média móvel de 2.600 óbitos diários. Ao mesmo tempo, em um cenário de baixíssima testagem, foram registrados 455.085 novos casos, a ponta do iceberg de um universo de contaminações muitas vezes maior.

Ao longo das últimas semanas, o Brasil tem concentrado entre 25% e 30% das mortes mundiais, mesmo tendo apenas 2.75% da população. Temos 1.795 mortes por milhão, mais de quatro vezes superior à média mundial e inferior somente a alguns poucos países europeus que têm parcela de idosos muito superior em seus contingentes populacionais. O Brasil não é apenas o segundo país do mundo com mais mortes em termos absolutos, mas mesmo em termos relativos, entre os 90 países mais populosos do mundo (com mais de 10 milhões de habitantes), é o que tem, ao lado da Polônia, a maior média móvel de óbitos por dia anotada em 13.5 óbitos por milhão de habitantes. O avanço da vacinação – que segue lento – não será suficiente para estabilizar a situação, sendo imprescindível um lockdown nacional, garantido pela efetivação de renda emergencial justa, estabilidade no emprego e apoio aos pequenos comerciantes.

A questão das patentes: a vida acima do lucro

As patentes subscritas por pessoas físicas ou jurídicas “tornam ilegal, por um tempo especificado, que a concorrência venda o mesmo produto” (curta e prática definição de Marcia Angel em *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos*, Editora Record, 2007). Não se pode patentear o óbvio, nem simplesmente uma ideia, sem sua realização. Assim, não é possível fazê-lo simplesmente dizendo: “quero patentear a procura de uma substância antiviral ainda desconhecida, na floresta amazônica”. É uma boa ideia, mas é preciso encontrar a substância e enfrentar dificuldades suplementares, pois não é lícito patentear a natureza. Pode-se, contudo, patentear modificações na molécula da substância natural descoberta e sua indicação terapêutica. Assim, embora o direito à propriedade consagrada pelo capitalismo se estenda às invenções, existem restrições que protegem os proprietários da patente. Como toda lei reguladora, ajuda a estabilização do capitalismo e, pretensamente, o seu desenvolvimento, ao assegurar o lucro para quem investiu na invenção.

As patentes são reguladas, sobretudo, pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Os países reconhecem patentes garantidas por escritórios nacionais e a chamada “pirataria” pode ser objeto de tribunais. Fala-se genericamente em “quebra” das patentes das vacinas para poder produzi-las livremente. Existe, entretanto, um procedimento enquadrado pela OMC, desde algumas dezenas de anos, que permite a licença compulsória de um produto em caso de urgência sanitária, óbvia no caso das vacinas contra a COVID. O problema é mais complicado, pois que se “quebre” ou se obtenha amigavelmente uma licença por definição provisória, os grandes problemas se encontram nos detalhes de produção. Mesmo numa situação abertamente revolucionária, o país em questão precisaria de insumos, de instalação de produção, de técnicos habilitados e experimentados, e de instrutores/instruções. Parece-nos que isto pode e deve ser discutido caso a caso.

Assim, se por princípio quem escreve acha que a propriedade privada é um obstáculo ao desenvolvimento social, o caso da produção em imensa escala de um produto específico, destinado a proteger contra uma determinada moléstia, deve ser estudado com muito cuidado. Este cuidado não deriva do respeito à propriedade privada, mas da necessidade de violá-la no interesse social. Consideramos que uma discussão sobre este assunto é urgente e deve envolver as organizações profissionais, científicas, sociais e sindicais.

Se todas as vidas importam e a imunização deve ser coletiva, as vacinas como fonte de lucro precisam ser transformadas em fonte de vida, para contribuírem na superação da crise humanitária.

SUS, vacinação pública e os ladrões da vida

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi proposto pelo Movimento Sanitário Brasileiro a partir da crítica ao modelo médico assistencial privatista implementado durante a ditadura empresarial militar, se opondo à saúde como fonte de lucro. A conquista da saúde como direito de todos e dever do Estado na Constituição de 1988 não impediu que a saúde continuasse a ser mercadoria, mas, possibilitou a estruturação de um gigantesco sistema público de saúde em um país de dimensões continentais.

O SUS é fruto da participação e mobilização popular pelo direito universal à saúde e pela redemocratização do País. Participação popular que nasceu nas periferias, nas articulações das Comunidades Eclesiais de Base, nos Conselhos Populares de Saúde, com autonomia e independência frente ao Estado, com experiências de autogestão da saúde. A Atenção Primária à Saúde, porta de entrada e ordenadora dos serviços de saúde (responsável pela promoção, prevenção e recuperação da saúde da população em territórios delimitados) é decisiva no enfrentamento da Covid. Estudos mostram que a maior parte dos casos é leve e, se bem acompanhados com a vigilância em saúde, poderia se ter evitado a propagação do vírus. O governo Bolsonaro insistiu no desmonte da atenção primária à saúde e na sua privatização quando instituiu a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS) e com a Nota Técnica n. 3 do Ministério da Saúde desfinanciou esse importante pilar do SUS. Em plena pandemia, os recursos aprovados para o SUS são menores que os de 2020.

Até a presente data, não existe um Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia por parte do Governo Federal e o Plano elaborado por pesquisadores e profissionais de saúde entregue ao Ministério da saúde pelo Conselho Nacional de Saúde foi sumariamente ignorado.

A potencialidade do SUS e do seu Programa Nacional de Imunização - referências para o mundo - poderia evidenciar o Brasil no enfrentamento da Covid e da preservação de milhares de vidas. A pandemia estaria sob controle; seu descontrole faz parte do projeto bolsonarista. Projeto responsável pela morosidade na vacinação, pela falta de doses em quantidades suficientes para vacinar toda a população, pela redução do auxílio emergencial, pela ausência das condições para o lockdown, por ter sempre estimulado a aglomeração e o tratamento precoce inexistente, por seu governo não ter realizado campanhas de informação para a prevenção à doença e por dispensar o uso das máscaras. Projeto que rouba a vida da classe trabalhadora brasileira.

Lockdown e orientações sanitárias

A Atenção Básica ou Atenção Primária à Saúde é, no interior do SUS, responsável pela prevenção das doenças com práticas sanitárias democráticas. Esse nível de atenção à saúde precisa ser acionado e fortalecido no enfrentamento da pandemia. A Prevenção como um dos mais importantes pilares do SUS e as ações de vigilância em saúde com base territorial, podem alcançar grandes resultados se combinadas às medidas de lockdown. São também essenciais máscaras, álcool-gel, asseio permanente com água de qualidade, alimentação, transporte ventilado e sem aglomeração. As escolas e todo os sistemas de educação pública e privada não podem ser utilizados em atitudes criminosas e letais, que preconizam sua reabertura sem que todos os participantes estejam protegidos pela vacina, bem como as suas famílias. Não aceitaremos que docentes, pessoal de apoio, técnicos e discentes sejam transformados em vetores de contágio social como querem patrões e alguns governantes.

A pandemia Sars-CoV-2 tornou-se uma crise sanitária e humanitária no Brasil. É, ao mesmo tempo, instrumento de lucros aos grandes capitais e contenção política da classe trabalhadora diante dos resultados desastrosos da gestão Bolsonaro-Guedes. Governo e burguesia fizeram crescer a fome, o desemprego e a desproteção da(o)s que precisam de salário e políticas sociais para sobreviver. Sabem eles que trabalhadores e trabalhadoras temem por suas vidas e de suas famílias. Impossibilitadas/os de viverem sem seus salários e empregos, mesmo com medo, vão às ruas por trabalho, não raramente, atravessados pela dor da perda dos seus e suas e, para preservarem as suas vidas, terão receios de participarem das necessárias manifestações contra o genocídio. Ao par das campanhas de solidariedade intraclasse, da luta pela vacina, há que se desenvolver formas de orientações que resgatem o cuidado e a prevenção que estão na base da construção do SUS, para que as campanhas sobre a doença e sua sintomatologia - não assumidas pelo Estado e pela grande imprensa - possam ser organizadas e capilarizadas pela própria classe trabalhadora e seus organismos. Uma proposta de solidariedade também no âmbito da informação e do cuidado nos territórios não é uma proposta inédita e desconhecida para a população brasileira. Orientações e acompanhamento da doença por telefone poderiam potencializar o cuidado já realizado nos sobrecarregados Postos de Atendimento à Saúde pública no país. A solidariedade em levar a informação e orientação após o contágio também pode evitar mortes a partir de treinamentos básicos como os realizados para agentes sociais de saúde.

Vacina, prevenção, informação e alimento podem contribuir para evitar o aprofundamento do colapso do sistema público de saúde pela criação de um cordão sanitário de solidariedade que obstaculize o extermínio em curso.

Auxílio emergencial

Após meses e meses sem nada, o novo auxílio oferecido pelo governo atende a uma quantidade muito menor de pessoas, por muito menos tempo e com um valor que não compra nem meia cesta básica. Enquanto o número de bilionários brasileiros cresce, especialmente entre banqueiros, capitais de comunicações e telecomunicações, educação, previdência e saúde privadas, mais de 125 milhões de brasileiros sofreram insegurança alimentar durante a pandemia. Ao mesmo tempo, faltam empregos – já são mais de 14 milhões de desempregados – e os preços que impactam a cesta básica de alimentos só aumentam: comida, gás de cozinha, combustíveis, energia elétrica, e outros. Tudo está mais caro. O auxílio emergencial, quando no valor de R\$ 600, obrigava muitas famílias a optarem entre pagar sua moradia, ou se alimentarem. O que farão agora com o auxílio reduzido a menos da metade do valor anterior? É fundamental que o auxílio de R\$ 600 - conquistado pela oposição a Bolsonaro - seja mantido até o fim da pandemia. Disso depende a vida e a morte de milhares de brasileiros.

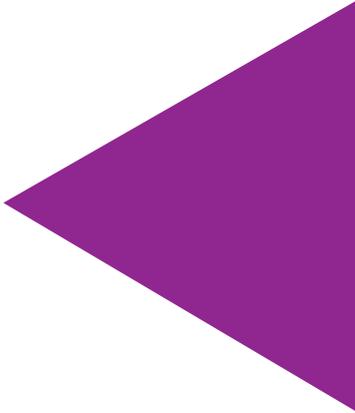
Intensificar e coordenar as campanhas de solidariedade

A conjuntura dramática com a qual nos deparamos exige, cada vez mais, a construção nacional de campanhas de solidariedade classista que intensifiquem e expandam algumas experiências já em curso em alguns estados brasileiros, como um projeto coordenado nacionalmente. Os comitês de combate à fome, compostos por entidades sindicais, movimentos sociais, populares e de juventude devem ser construídos em todo o Brasil com a articulação de experiências a serem desenvolvidas nas mais diferentes regiões do país. Desse modo, conjugaremos, na mesma atividade, solidariedade de classe e trabalho político de base. A organização de cozinhas comunitárias é bem mais interessante politicamente do



que a entrega de cestas básicas, pois possibilita a manutenção dos trabalhos na comunidade e a inserção das próprias pessoas no fazer cotidiano da produção da comida e estimula uma organicidade fundamental para o trabalho de base.

A manutenção desse tipo de atividade política tende a estabelecer um laço solidário e classista entre o conjunto das forças políticas e sociais que compõem o comitê e as famílias pobres que padecem de fome nas periferias. Por um lado, alimenta-se o estômago; por outro, alimenta-se a cabeça, pois a experiência da luta de classes condiciona a construção da consciência de classe. Uma das mãos entrega um prato de comida e a outra mão entrega um panfleto político. Assim, podemos começar iniciativas políticas que nos permitam sair das nossas “bolhas” e penetrar no mundo periférico onde pulsa a vida e no qual o povo trabalhador produz e reproduz a sua existência em condições precárias.



Parar o genocídio. Impeachment já, fora Bolsonaro!

A cada hora a mais que Bolsonaro permanece no poder, aproximadamente 160 brasileiros deixam a vida para entrar nas dolorosas estatísticas. Em sua enorme maioria, é gente das maiorias, é gente pobre, simples, negra. É gente humilde, dá vontade de chorar. E a gente chora. E rangemos os dentes, de raiva. O Brasil virou o inferno do mundo, que já não era lá propriamente um paraíso. A nossa Casa Grande não parece nem um pouco disposta a parar Bolsonaro, e assim é cúmplice do genocídio em curso. Enquanto alguns milionários oferecem jantares ao führer, outros, bilionários, incomodam-se com sua inabilidade com os talheres, mas não com o prato principal: nós, nossos direitos e nossas vidas. Afinal, há sempre mais gente, nas favelas e periferias, para repor a mão de obra nessa plantation de transgênicos, e onde o tal gênero humano já se perdeu faz muito tempo, deixando, contudo, as pedras pisadas no cais – para que possam, um dia, talvez inspirar os demais. Indo além de Pilatos, nossas elites não lavam suas mãos, e sim as sujam de sangue. Todo dia. Todo santo dia – santo ou não. Afinal, por aqui, nem eles, os santos, parecem ter mais ao certo a medida da maldade. E há muita maldade. Há crimes contra a humanidade. Muitos. Mas nada disso parece ser suficiente para que as instituições competentes se decidam pelo impeachment de Bolsonaro. Pedidos não faltam, mas parecem estar sendo usados como pilhas de papel a escorar as portas da Casa grande, ainda abertas a Bolsonaro.

Só os de baixo, impelidos a trabalhar e a se arriscar, trabalhadores, negros, precários, mulheres, sem teto, sem casa ou trancafiados em casa até que se possa respirar, é que podem parar Bolsonaro e suas hostes negacionistas e assassinas. É urgente! Tem que começar logo. O tempo hoje não se conta em horas, mas em covas. A insatisfação se avoluma e, tão logo as ruas estejam minimamente respiráveis, a rebeldia dará as caras. Os rebeldes têm que estar preparados, pois deles dependem a derrota de



Bolsonaro e a vitória da vida.

Daí a importância da propaganda científica e das ações organizadas e politizadas de solidariedade, e por isso este boletim. Essas páginas não pretendem ser mais uma nota de repúdio ou um abaixo-assinado, embora as sejam também. Mas elas têm que ir além. Tem que propor além pra quem hoje vive aquém. Para ser distribuído nas redes e nas ruas, nos movimentos sociais e nos sindicatos; para chegar aos lares de quem ainda nutre aquela estranha mania de ter fé na vida, seu objetivo não é outro senão o de ajudar, hoje, já, a preparar as lutas de um outro dia, de um amanhã que não tardará, não pode tardar, e que reconhecerá a Bolsonaro o seu direito de ser endereçado ao seu lugar de direito, a lata do lixo da História, não sem antes pagar, e dobrado, cada lágrima rolada nesse nosso pandêmico penar. Este boletim pretende ajudar a salvar vidas e organizar a resistência em nome da vida. Que os que querem domesticar Bolsonaro sigam seu caminho, o caminho dos ímpios. Nós queremos construir o nosso, seguir o nosso, o caminho dos justos, daqueles que são o lado certo de uma vida hoje errada, daqueles que não têm mais só um mundo a ganhar, mas também um país a salvar, e que, por isso, com seus mortos enterrados, terão que, vivos de alma, parar o genocídio para que a vida possa ser novamente vivida. O grito desses sobreviventes e rebeldes não poderá ser outro que não o de "Fora Bolsonaro!"

